

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO
DE 2010:-----**

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro de dois mil e dez, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a quinta e última sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2011 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.3- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2011= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- LEI Nº5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO- LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS=FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2011;

2.5- URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI = REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.6- PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.7- REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, José Augusto Morais de Sousa, Edite da Conceição Alves da Cruz, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Paula Cristina Massano Nunes Correia, José Marques Duarte da Cruz e Sílvio Figueiredo Simões que substituiu o Sr. Deputado José Rui Batista Alves Ferreira nos termos da alínea c) do N.º1 do Art.º38.º da Lei N.º169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei N.º5-A/02, de 11 de Janeiro.

Registaram-se as faltas das Sras. Deputadas Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz e Márcia Sofia Gonçalves Marques que justificaram a falta.

A Sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2010. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu depois as inscrições para os Srs. Deputados fazerem as suas intervenções neste período. Registou-se a inscrição do Sr. Deputado Esmeraldo Gomes que fez a intervenção que constitui o anexo n.º1 desta acta fazendo parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia informou o Sr. Deputado que as faltas identificadas no que diz respeito aos documentos iriam ser corrigidas.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19.º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que remeteu a sua intervenção para a documentação que foi distribuída aos Srs. Deputados considerando-a esclarecedora e dizendo estar disponível para responder sobre questões dessa mesma informação. Referiu-se ainda à intervenção do Sr. Deputado Esmeraldo Gomes sobre o estacionamento na Rua José P. F. Neves solicitando que a própria Assembleia Municipal comunicasse à GNR a necessidade de intervir naquela Rua e acabar com as irregularidades denunciadas, estas eram puníveis pelo Código da Estrada não sendo por isso necessária qualquer postura, o que era necessário era a intervenção da GNR que em relação ao estacionamento não actua em toda a cidade. A própria Câmara já tem tentado sensibilizar a GNR para actuar pelo menos numa fase inicial de uma forma pedagógica avisando as pessoas de que há sítios onde

não podem estacionar e outros onde se pode estacionar mas pagando, mas isso não está a acontecer. Se a Câmara não tem conseguido que a GNR tenha esta atitude, esperava que a Assembleia Municipal tendo outro poder e outra representatividade pudesse ter melhor sucesso. Isto era muito mais um caso de polícia do que de alteração de posturas municipais. Adiantou que no próximo ano haverá uma alteração de trânsito naquele local, já aprovada pela Câmara em que parte da rua terá o trânsito apenas num sentido.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados, tendo-se registado as inscrições dos Srs. Deputados José Augusto Sousa, Inês Matos e Edite Cruz.

Dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa este focou a sua intervenção sobre a informação dos processos judiciais em curso procurando saber a situação de uma acção que decorre contra a Câmara relativamente a licenciamentos ocorridos em 1995 e que na altura foram embargados por não cumprirem com o estipulado e que posteriormente em Maio do ano passado mereceram a aprovação dando origem a estes processos. Pensava que as casas foram embargadas devido aos serviços municipais terem constatado que não estavam a pelo menos 50 metros da cota máxima das águas da albufeira. Questionava o porquê desta licença ter sido atribuída dando origem a este processo judicial que na sua opinião colocava em situação difícil a Câmara. Pensava que haveria alguma coisa que não tinha corrido bem pois o contrariar a primeira tomada de posição da Câmara que embargava a construção sem se ter verificado que os pressupostos existiam ou não trazia agora consequências que podiam ser graves, gostava por isso de ouvir o Sr. Presidente da Câmara.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não poderia adiantar muito sobre o assunto uma vez que o mesmo estava sujeito ao segredo de justiça, no entanto disse que queria corrigir o Sr. Deputado pois as casas foram devidamente licenciadas e portanto construídas sendo até dadas várias prorrogações de prazo da licença com a intervenção da fiscalização e só depois delas estarem construídas e através de um pedido de alteração de uma delas é que os serviços da Câmara detectaram que não estavam à tal distância de 50 metros da linha de água e portanto o que podia dizer era que o procedimento tinha a ver com a anulação dos despachos de 1995 e não com o despacho que foi feito recentemente. Não podia avançar mais informação para além do que disse.

Foi de seguida dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que analisando a informação dada se verificava que a situação financeira do Município não era das mais saudáveis e disso já se tinha conhecimento, não obstante serem evidentes os esforços feitos pelo executivo para estabilizar a situação. Em relação ao período anterior a situação financeira do Município mantinha-se estável pois não aumentou o valor da dívida, tendo até as receitas equilibrado as despesas, no entanto para além dos problemas estruturais é assumido que existem problemas de pagamento aos fornecedores habituais do Município, que compreensivelmente têm suportado estes atrasos no pagamento. Em relação ao PSF e a sua reformulação, sublinhando que era a reformulação que tinha validade, disse que o mesmo estava a ser cumprido, este tinha sido elaborado para vigorar por 12 anos o que significava que não tinha de ser cumprido de um dia para o outro, tinha sim que atingir as suas metas. Disse que analisando os quadros apresentados e em relação à despesa se verificava uma tendência para a sua diminuição, gostaria de saber se efectivamente tal está a acontecer. Em face do cenário de crise que está a afectar Portugal e o Mundo, mais Portugal e países que gastaram mais do que receberam e tinham, perguntava como justificava os investimentos previstos no orçamento do Município para o ano de 2011.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder este começou por dizer que o cumprimento do PSF reformulado era o grande objectivo do executivo e o que se podia dizer hoje e fazendo uma projecção para os resultados do final do ano era que em relação à despesa se iria além do que era o cumprimento no PSF. Estas despesas previstas para 2010 no valor de 3 milhões 270 mil iriam andar perto deste valor. Em relação à Aquisição de Bens e Serviços havia a registar um corte substancial nas despesas, assim como em relação às Transferências Correntes onde havia também um decréscimo significativo na despesa. Em relação às Despesas de Capital também havia uma diminuição, assim como nas Transferências de Capital e Operações Financeiras. Tudo tem estado a correr melhor que as previsões e a tendência para o próximo ano era continuar e melhorar acima do previsto, isto dava algum conforto à Assembleia Municipal. Disse ainda que a aprovação do PSF reformulado e segundo pareceres que tem, resultava da posição da Assembleia Municipal uma vez que não tinha havido na reformulação qualquer tipo de componente financeira e de cumprimento de prazos. Este PSF reformulado passava a ser o que era válido e aquele que a Assembleia Municipal devia de seis em seis meses verificar se estava ou não a ser cumprido. A sua esperança e continuando a verificar-se o crescimento da diminuição da despesa era que se conseguisse atingir os objectivos dois anos antes do prazo estabelecido ou seja 2015 ou 2014 se as coisas correrem bem. Havia ainda a referir um facto importante, era que as receitas não se estavam a comportar bem, sendo mais baixas do que o esperado, não só porque haverá mais cortes das transferências do Estado mas com as receitas próprias do Município a baixarem bastante. Sobre a justificação dos investimentos disse que se estes não forem feitos agora nunca mais haverá oportunidade de os fazer. Sabia que não era a melhor altura para as Câmaras, mas infelizmente o QREN atrasou-se três anos e portanto tinham que se aproveitar as oportunidades dadas pelo QREN tendo como objectivo o plano estabelecido para o desenvolvimento de Sana Comba Dão e portanto não podia perder-se esta oportunidade pois não haverá mais Quadros Comunitários de Apoio como este.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que se referiu à reinauguração do Centro Educativo Norte dizendo que não podia deixar de evocar o seu desagrado em relação à trapalhada de todo aquele processo e podia até dizer em tom de ironia que face ao período próximo em que não haverá obras para inaugurar se podia estar perante uma nova moda, esperava bem que não. Pedia explicações para o facto de no dia da segunda inauguração estar uma sala totalmente equipada com material informático que após umas horas tinha desaparecido e pelo menos até há alguns dias atrás ainda não existia. Seria anomalia do equipamento ou havia outra explicação plausível.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a observação o fazia lembrar a saga do Magalhães. Não sabia nada sobre o observado da sala de material informático nem tinha dado qualquer instrução, mas provavelmente também não foram instruções do Sr. Eng. Sócrates que retiraram os Magalhães depois de ter sido inaugurado o tal Centro Educativo. Achava piada ao termo trapalhadas pois se havia alguém que realmente tem sido useiro e vezeiro em trapalhadas tem sido o Partido Socialista ao nível central, a auto-estrada Viseu/Coimbra já foi anunciada várias vezes e até agora zero quilómetros, pelo menos neste caso foi inaugurado duas vezes, mas está lá e está a funcionar. Não se podia perder a oportunidade de ter a visita do Sr. Presidente da República e dar outra visibilidade ao esforço feito pelos Santacombadenses, não da Câmara, para requalificar toda a rede de ensino do primeiro ciclo. Supunha que era o único Município que neste ano lectivo a tinha completa e isso merecia marcar a data simbolicamente com a presença do Sr. Presidente da República que se dispôs a vir a SCDão em qualquer circunstância mas obviamente para inaugurar uma obra, não havendo obras para

inaugurar havia aquela que era a mais recente. Não lhe parecia que isso fosse uma coisa tão grave, o Sr. Presidente da República ter dado dignidade a um acto que também representou a conclusão da requalificação da rede do primeiro ciclo. Nesse dia houve uma visibilidade muito grande de SCDão e achava que todos se deviam orgulhar do trabalho que foi feito, voltando a referir que o trabalho não era da Câmara mas de todos os Santacombadenses e para todos. Achava que eram coisas laterais que nem se deviam discutir. Em relação aos computadores podia garantir que não teve qualquer acção sobre o que foi dito, talvez tivesse havido algum excesso de zelo por parte da Direcção do Centro. Os computadores que estavam no Centro continuavam lá, apenas foram visitadas duas salas, uma do pré-escolar e outra do primeiro ciclo, a sala de informática nem sequer foi visitada.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu depois o histórico do convite feito ao Sr. Presidente da República dizendo que este já tinha sido feito o ano passado, convite que não foi aceite por se estar em período de campanha ou pré-campanha eleitoral, mas que a visita seria feita em qualquer altura e o que aconteceu agora foi o cumprimento do prometido. A inauguração foi um pretexto. Referiu que SCDão tinha uma espécie de um peso negativo na comunidade Portuguesa por motivos que todos conheciam, Salazar nasceu aqui mas podia ter nascido noutro lado qualquer. Ele próprio sentia esse aspecto negativo na sua vida e relacionamento e um dos seus objectivos era lutar contra esta situação. Achava que tudo o que fosse feito no sentido de trazer a SCDão pessoas que pelo seu estatuto e visibilidade pudessem dar oportunidade de se falar do Concelho era de apoiar e assim mostrar aos outros que SCDão não é melhor nem pior, mas igual. Não podia aceitar o estigma negativo que SCDão tinha no País. Tudo faria da sua parte e se tivesse que trazer o Sr. Presidente da República para reinaugurar qualquer outra obra não hesitaria em fazê-lo.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para dizer que pensava que todos os Santacombadenses sentiam esse estigma, ele existia na verdade, mas não era com gestos como uma reinauguração de um espaço chamado Largo Salazar no dia 25 de Abril que se ia acabar com esse estigma, se calhar foi avivá-lo.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2011 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez a apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano seguindo e desenvolvendo os pontos constantes do anexo nº2 desta Acta. Começou por referir que na elaboração do Orçamento se teve em conta a actual situação financeira da Câmara e do País e tendo em perspectiva aproveitar o máximo possível das verbas do QREN. O Orçamento apresentava como tem sido já habitual os resultados negativos dos últimos doze anos que por Lei vão transitando para os seguintes, este tinha ainda a agravante de estar a ser apresentado relativamente cedo e é nos últimos dois meses do ano que são pagas à Câmara uma série de despesas e a dívida expressa no Orçamento de 6,5 milhões de euros no final do ano e no fecho de contas será bem menor até porque há a esperança de se receber até ao final do ano cerca de 2 milhões de euros do QREN. Realçou que as Despesas de Capital eram superiores às Despesas Correntes. As Grandes Opções do Plano apresentavam uma despesa total de 11.467.300.00€. Na Análise Orçamental apresentou os valores e variações percentuais em relação a 2010 nas suas várias funções (Gerais, Sociais, Económicas e Outras). Aqui realçou que a construção do novo

Complexo de Piscinas Municipais continuava a ser uma aposta a custo zero mas o seu valor teria de constar do Orçamento. Referiu os projectos já aprovados a financiamento do QREN e ainda o projecto do Canil Inter-Municipal que aguarda oportunidade para ser apresentado e financiado. Seguiu depois para a Análise Económica apresentando os valores e percentagens em relação a 2010 dos vários parâmetros (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços Correntes, Transferências Correntes, Subsídios, Outros Custos, Aquisição de Bens de Capital, Transferências e Operações Financeiras). Considerou que o valor apresentado na Venda de Bens de Investimento, onde se pretende o equilíbrio entre as Despesas e as Receitas, estava sobreavaliado mas se se conseguisse o valor de um milhão de euros já era um bom desempenho. Aqui referiu que devia haver um esforço para que se conseguisse este valor, apesar de aparecerem por vezes forças ocultas que põem os interesses pessoais e partidários acima dos interesses do Concelho. Lembrou aqui que quando foi vereador na oposição nunca votou contra qualquer deliberação da Câmara, assim como toda a oposição na altura, demonstrando sempre uma atitude muito responsável relativamente a quem tinha o direito e o dever de gerir os destinos da Câmara, não era o que acontecia hoje. Apresentou também um quadro onde expunha a evolução dos orçamentos desde 2002 onde se verificava que havia uma evolução notória em termos de execução. Em termos gerais o Orçamento totalizava a importância de 17.050.400.00€ distribuído da seguinte forma: Receitas e Despesas Correntes no valor de 7.959.700.00€ e Receitas e Despesas de Capital no valor de 9.090.700.00€. Em relação às Grandes Opções do Plano o valor é de 11.467.300.00€, sendo de 8.315.700.00€ para o Plano Plurianual de Investimentos e 3.151.600.00€ para o Plano de Actividades.

Abertas as inscrições, solicitaram a palavra os Srs. Deputados João Boto Martins e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins este começou por dizer ao Sr. Presidente da Câmara e sobre o sentido de voto da oposição sobre as deliberações da Câmara de forma a actuar construtivamente que hoje estava ali para provar que aquela observação não tinha razão de existir. O contributo solicitado em termos de atitude para a concretização de Bens de Investimento e Capital não lhe parecia óbvio, não via como os membros da oposição podiam contribuir activamente para a sua concretização, é a Câmara que vende e decide, sendo a oposição minoritária e mesmo que se pronuncie contra acaba por comer e calar e não é votando contra que se vai prejudicar a sua venda. Hoje há uma proposta de hasta pública que é o exemplo da impossibilidade da oposição actuar contra essa hasta pública. Sobre o tema em debate disse que depois da apresentação dos quadros e da documentação distribuída deviam estar todos minimamente esclarecidos. Por outro lado acompanharam a documentação distribuída as declarações de voto dos vereadores e aí alguma surpresa em termos de atitudes construtivas ou não na apreciação das propostas da Câmara. Em relação ao Partido Socialista não se queria alongar muito na apreciação do Orçamento já que é um documento que é um instrumento de trabalho do Executivo, que o próprio Executivo pode ir modificando, que vai sendo executado de acordo com a situação real em cada momento e alterado se for caso disso segundo as regras existentes. É um instrumento de trabalho indispensável e o que interessava era que estavam quase na totalidade de acordo com as declarações constantes da declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista que se absteram construtivamente e com algumas das observações da vereadora do PPD/PSD que votou contra. Não subscreviam a totalidade das observações desta declaração de voto, subscreviam a totalidade das do Partido Socialista e tinham uma declaração de voto para justificar a posição de abstenção na altura da votação. Passou a ler a declaração de voto que constitui o anexo nº3 desta acta. Disse ainda e sobre o observado da figura de Salazar que se podia dizer neste caso que havia uma certa ironia devido ao facto de

a terra onde alegadamente nasceu Salazar, que alegadamente terá endireitado as finanças deste País ser gerida por uma Câmara que está com as dificuldades que todos nós conhecemos, havia uma certa ironia nisto. Por outro lado também se poderá dizer aos que nos acusam de ser de SCDão por ser a terra de Salazar com a velha observação muito usada de que no melhor pano cai a nódoa, por outro lado também podemos dizer que se nasceu em SCDão, foram os de Lisboa que o aguentaram, suportaram, apoiaram e aturaram durante 40 anos, portanto a culpa não é tão nossa quanto deles.

O Sr. Presidente da Assembleia a propósito da expressão “comer e calar” usada disse que o Sr. Deputado apenas comia aquilo que queria e “calar” o Partido Socialista? Não podia evocar uma coisa daquelas. Não concordava pois a oposição nem comia nem calava. Referiu ainda a situação de ter sido apresentada uma declaração de voto antes da votação, solicitando ao Sr. Deputado para que tal não voltasse a acontecer, pois já não era a primeira vez que tal acontecia. As declarações de voto só são apresentadas depois das votações.

Para responder foi dada a palavra de seguida ao Sr. Presidente da Câmara. Este começou por dizer que o que tinha pedido não era uma votação favorável ou que se abstivessem, o que pedia é que não interferissem lá fora e na verdade podia dizer que grande parte das interferências relativamente a algumas tentativas de negócio que têm tido, até para a colocação de alguns empresários, tinha a certeza que não vinham da parte dos vereadores e provavelmente dos deputados da Assembleia Municipal, agora que havia gente que não é eleita, mas ligada ao Partido Socialista e outros partidos que interfere não tinha a mínima dúvida, causando prejuízos a SCDão e não a ele. O que queria dizer é que havendo negociações, era que não houvesse interferências, até porque os mercados não gostam de muito ruído à volta das negociações. Isso aconteceu, houve uma hasta pública e porque houve interferências, essa hasta pública vinha hoje novamente à Assembleia Municipal com outros contornos. Por se ter esquecido na primeira intervenção referia agora a situação das verbas para as Juntas de Freguesia. No Orçamento estão previstas verbas simbólicas para as Juntas de Freguesia que são todas iguais e apenas simbólicas. Não teve a oportunidade de reunir com todos os Presidentes de Junta e estabelecer as verbas para 2011. Aqueles valores foram inscritos para as rubricas ficarem abertas, no início do ano haverá uma reunião com todos os Presidentes de Junta para determinar as verbas que caberão a cada Freguesia e pedia aos Presidentes presentes para nessa reunião levarem os compromissos já assumidos de forma a que numa primeira revisão do Orçamento serem inscritos os valores correctos das transferências. As verbas a distribuir serão em função dos valores distribuídos pelo FFF e não serão obviamente iguais. Referiu ainda que houve um grande esforço para que o Orçamento se comece a aproximar da realidade.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que a proposta de Orçamento apresentada reflectia a difícil situação financeira do Município de SCDão, no entanto era de realçar que se nota uma procura em fazer um orçamento mais realista porque efectivamente se baixava o valor global do Orçamento limitando as despesas a valores inferiores aos de 2010. Não era o Orçamento ideal, era um facto, mas provavelmente era o Orçamento possível. O que a bancada do PSD não podia deixar de referir era o facto de quando se debruçou sobre os documentos enviados ter analisado as razões da abstenção do Partido Socialista na Câmara e expressas na sua declaração de voto. Causou estranheza pelo facto de os Srs. Vereadores do Partido Socialista terem tido acesso a essa proposta pelo menos com um mês de antecedência antes da sua apresentação e se terem limitado a concluir que se estava perante um mau Orçamento. Eram pouco significativas as propostas de redução da despesa quando afirmam por

exemplo que na rubrica Aquisição de Bens e Serviços a redução deveria ter sido mais ambiciosa não explicando em que termos, apontam também o facto de na rubrica Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria a redução ser simbólica, de apenas 7%, quando esta redução deveria ser muito maior, canalizando que a maioria destes trabalhos deveriam ser canalizados para os serviços da Câmara com pessoal qualificado e competente. Teve a preocupação de saber a que espécie de trabalhos se referia esta rubrica e verificou que se estava perante o Projecto de Cartografia Digital, que tem de ser feito com meios aéreos que o Município não detém, o Mapa de Ruído do Concelho que é obrigatório e o Município também não tem técnicos para fazer este trabalho e também as AEC'S que têm de ser desempenhadas por profissionais da área da Educação. Os trabalhadores do Município para além de não deverem acumular funções também não têm qualquer formação de maneira a poderem fazer estes trabalhos. Também a verba para a cooperação com o "Passeio dos Idosos" em comparação com a verba atribuída a situações de emergência a famílias em risco lhe tinha parecido assim como aos Srs. Vereadores do Partido Socialista desproporcional, mas como deviam saber o importante era ter a rubrica aberta dando assim possibilidade de a alterar à medida que for necessário, esperava que isso não fosse necessário pois seria mau sinal. Em relação às Associações o Partido Socialista também refere a verba que vai ser distribuída e podia parecer desigual, mas podiam acreditar que tinha em conta as actividades desenvolvidas por todas elas, percebeu que era normal este comentário tendo em conta que só agora estavam a fazer o levantamento da realidade do associativismo local, mas tal realidade já é do conhecimento deste executivo, daí a distribuição ter sido feita desta forma. Logicamente que a Câmara e disso tinha a certeza absoluta, gostaria de poder continuar a dar por exemplo ao Grupo Desportivo Santacombadense a quantia de 100 mil euros como aconteceu na época de 2005/2006 por compromissos assumidos pelo executivo do Partido Socialista mas o tempo é de vacas magríssimas daí os valores estarem substancialmente reduzidos desde essa altura. Não se entendia assim este reparo, seria sim compreensível se o mesmo tivesse partido dos fornecedores que prestam serviço ao Município, que criam postos de trabalho no Concelho e que tão compreensivelmente têm aguardado pelos pagamentos em falta. A crise veio para todos e também para as Associações locais infelizmente. Sabiam também V. Exas. que não é tirando dinheiro de umas rubricas para as outras que se resolvem problemas estruturais, essa não é a solução, logo a proposta de reduzir algumas rubricas para dotar a da requalificação do Mercado Municipal não resolve o problema de fundo, iria com certeza beneficiar o Mercado Municipal mas iriam ser prejudicadas outras áreas mais prioritárias no entender deste Executivo, visto os Vereadores do Partido Socialistas não dizerem claramente que rubricas deviam ser reduzidas para se poder aumentar esta. Faziam também referência ao facto de o Orçamento estar inflacionado visto encontrar-se orçamentada a receita de cerca de 3 milhões de euros com a venda de edifícios. Todos sabiam que teoricamente o Orçamento devia ser elaborado pelo lado da receita, no entanto é prática corrente ser feito pelo lado da despesa e a seguir se necessário e consequentemente seja inflacionado. Não queria afirmar que era esta a situação uma vez que não tinha feito o Orçamento, no entanto bastava consultar os Orçamentos desde 2002 até hoje para perceber que não houve um que tivesse escapado a esta situação de inflacionamento, bastava ver o grau de execução dos mesmos. Este é o Orçamento possível, o esforço de equilíbrio é notório e é isso que merece ser realçado, também de louvar em nome de toda a bancada do PSD os comentários proferidos pelo líder da bancada do Partido Socialista em nome de toda a sua bancada que reconheceu a importância deste documento para a boa gestão do Município.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ter sido enviado com tempo e com pedido de participação um mapa com as Grandes Opções do Plano para 2011 e não tinha sido recebida qualquer resposta por parte dos vereadores do Partido Socialista estando o executivo disponível para discutir qualquer proposta que fosse apresentada. Em relação ao que tinha sido dito referia que em Outros Trabalhos Especializados o Orçamento tinha uma dívida transitada de 268 mil euros e como o valor era de 550 mil, mais de metade era dívida que se referia especificamente a trabalhos que a Câmara não podia fazer. Havia também outra rubrica que normalmente aparecia com um valor elevado, Outros Serviços no montante de 1 milhão 985 mil euros, onde havia também uma dívida transitada de 1 milhão e 45 mil euros e que se referia especificamente a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (cerca de 400 mil euros), iluminação pública (cerca de 300 mil euros), transportes escolares (cerca de 300 mil euros) e refeições escolares.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o Orçamento da Receita e Despesa e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011 e o Mapa de Pessoal aprovado por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 12 abstenções do Partido Socialista.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2011= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que é um procedimento que se coloca aquando da apresentação do Orçamento. O seu valor pode ir até 10% da totalidade das receitas que provêm do Estado.

Não havendo pedidos de intervenção foi feita a votação deste pedido de autorização que foi aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto quatro: LEI Nº5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO- LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS=FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2011.

Dada a palavra ao SR. Presidente da Câmara este referiu que era uma taxa que é apresentada todos os anos e que tem o valor fixo de 0,25%.

Não havendo pedidos de intervenção a aplicação da taxa foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI = REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTA COMBA DÃO XXI = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que era a segunda vez que o assunto vinha à Assembleia e preferia que tal não acontecesse. Já se tinha referido anteriormente a este assunto. Disse que a primeira hasta pública apesar de ter duas propostas foi anulada uma vez que pelo regulamento os proponentes tinham de estar presentes e como isso não se verificou as propostas nem sequer foram abertas e a hasta pública foi anulada. Isso obrigou a que fosse feita uma nova consulta ao mercado e perceber a razão do porquê de não haver interessados e não houve interessados porque o preço das actuais condições do mercado não era apelativo, tentaram saber qual era o preço apelativo junto de potenciais interessados e chegaram ao valor que era agora proposto de

cerca de 700 mil euros, tiveram que fazer uma redução substancial do preço inicial para que se pudesse vender o loteamento. Pensava que nos próximos 2, 3 anos não haveria condições para vender este loteamento com melhores condições das que agora são apresentadas, possivelmente no próximo ano as condições ainda serão piores e porque a Câmara tem necessidade de fazer esta receita extraordinária era feita esta proposta. Foi pena que a primeira hasta pública não tivesse resultado, seria melhor para a Câmara, desta vez parecia-lhe que iria haver uma concretização de venda.

Solicitaram a palavra para fazerem intervenções os Srs. Deputados José Augusto Sousa e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa este começou por lamentar a impossibilidade da venda do loteamento na primeira hasta pública, entendia a dificuldade de venda mas o problema era a grande dificuldade em que se encontrava a Câmara e a sua gestão. Se não houvesse esta dificuldade podia-se aguardar e não seria necessário delapidar património que é um bem de todos. Não o preocupava o valor de 700 mil euros, que eventualmente não será de todo um mau negócio, mas o problema era o que estava adjacente, com a despesa que a Câmara terá que realizar com a construção das infra-estruturas previstas num valor de 325 mil euros. O que estava em causa era a necessidade da transacção ser feita nesta altura devido aos endividamentos que todos sabiam existir e provavelmente teria sido mais útil se da primeira vez tivesse sido feito o trabalho de casa, de verificar qual o preço mais equilibrado, não criando um desequilíbrio tão grande de quase 50%, tendo talvez vendido melhor. Realçou que este não seria um tão bom negócio como à partida parecia ser.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que o valor de 325 mil euros estava sobreavaliado, pois cerca de 50% das infra-estruturas necessárias já estão feitas e o que falta é relativamente pouco. Não teve oportunidade, pois esteve uma semana de férias, embora a trabalhar para a Câmara, de com tempo ter verificado ponto a ponto o orçamento. Queria recordar que houve negócios anteriores da Câmara onde as vendas foram feitas sem infra-estruturas e até com algumas delas já concluídas pelo actual executivo. Em relação à referência ao “trabalho de casa” este foi feito, mas infelizmente alguém estragou esse trabalho, isto era como os miúdos da escola que fazem o trabalho de casa e depois aparece um irmão que lhes estraga esse trabalho e quando chegam à escola já não têm o trabalho de casa feito. A questão foi essa, foi que alguém se intrometeu num negócio que estava praticamente concluído e em que havia por parte das pessoas envolvidas a garantia de que realmente iria ser assim, infelizmente alguém se meteu no meio. Não podia ser acusado de falta de trabalho, podia errar como qualquer outro, trabalhava por dia e para a Câmara mais de doze horas e estava a referir-se a sete dias por semana, não houve falta de trabalho de casa, havia era muitas forças ocultas que não deviam existir e deviam pugnar para que SCDão tivesse outro tipo de pujança.

Foi de seguida dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que começou por referir que os Srs. Vereadores do PS na reunião de Câmara fizeram registar na respectiva acta que não concordavam com os valores base proposto por serem escandalosamente baixos e entenderem que se estava a desbaratar o património num negócio ruinoso para o Município. Achava ser muito grave a acusação, era o negócio possível e na sua opinião por ser o possível era um bom negócio, infelizmente as condições eram aquelas. Achava que a crise não iria durar dois ou três anos mas sim no mínimo uma década e por isso não era hoje, amanhã, daqui a um ou dois anos que se conseguiria vender aqueles lotes sobretudo em conjunto por aquele valor, era a sua opinião. No entanto nestas situações e em política não é muito usual e havia que ter memória e devia haver grande memória em relação a muitos negócios que foram realizados ao longo dos últimos anos e para isso iria dar apenas dois exemplos apelando a processos e documentos públicos e

que podiam ser consultados. Falava em valores mais ou menos parecidos num caso, inferiores noutro mas a forma, essa sim repugnava-a. Um dos exemplos era do edifício que foi do Grupo Desportivo Santacombadense, adiante designado sempre por GDS, e que voltou às mãos da Câmara. Eram actas que tinha presente e verificava-se que em 1985 o edifício da antiga prisão e tribunal que era municipal foi cedido gratuitamente ao GDS para instalação da sua sede e para prosseguir as suas actividades. A escritura foi feita e mais tarde em 1991 foi corrigida e rectificada porque a escritura era de cedência gratuita e entendeu-se que devia ser uma escritura de doação. Em 1995 o GDS apresentou à Câmara uma situação de enormes dificuldades financeiras, segundo a acta, havia a necessidade de liquidar um empréstimo feito a uma instituição bancária e era necessário fazer-se dinheiro. Nesta altura o que foi proposto pelo GDS à Câmara? Propôs que a Câmara comprasse uma fracção do edifício que lhe tinha sido cedido gratuitamente, mais propriamente a fracção C e a verdade que tem que ser dita é que a Câmara deliberou por unanimidade a compra desta fracção do edifício que tinha sido seu e que tinha sido doado ao GDS. Pouco tempo depois em 2003 houve uma escritura da venda da outra fracção à Câmara que totalizava o valor de cerca de 82 mil euros, portanto foi vendida inicialmente uma fracção para fazer face a um empréstimo que tinha sido feito pelo GDS e em 2003 foi vendida a outra fracção, isto tudo pertencendo a um edifício que tinha sido todo ele do Município, um edifício nobre, que está no centro de SCDão, um prédio urbano. Tinha a certeza absoluta que quem decidiu o negócio, quem o fez e quem o permitiu, o fez em nome de SCDão, mal ou bem foi o que foi feito, não houve nada em proveito próprio isso não estava em causa, mas naquela altura foi a solução possível para resolver o problema do GDS. Estava apenas a fazer um comparativo não em termos de valor, mas em termos de modo de actuação e não se estava numa situação de crise como estamos hoje. O cenário era completamente diferente do actual, em 2003 e muito menos em 1995 não havia crise imobiliária. Outro exemplo, muito parecido com o que se estava a debater era o caso do Bairro das Ferrarias para o qual foi projectado um grande empreendimento turístico. A sua primeira hasta pública ficou deserta não obstante os imensos contactos feitos com grandes grupos nacionais, ninguém quis apostar no Bairro das Ferrarias. Um ano depois ou menos foi aberta nova hasta pública que já estava previamente negociada ou já pensada e ainda bem que se realizou e se concretizou, não se devia esquecer é de todos os encargos que na altura foram assumidos pela Câmara ao nível de infra-estruturas (água, luz, telecomunicações, compra do PT, calcetamento, etc.). Não se podia esquecer é que essas infra-estruturas foram todas assumidas na altura pela Câmara Municipal e que foram realizadas ao longo destes anos, não sendo realizadas como se queria fazer parecer no caso em debate de um dia para o outro. Voltou a frisar que não se tratava de estar a insinuar que houve algum aproveitamento pessoal, era simplesmente para realçar o facto de que às vezes e tendo em conta as circunstâncias actuais os negócios que nos são propostos podem mostrar-se os melhores porque outros não são possíveis. O Sr. Presidente da Câmara que se desenganasse se alguma vez pensou que poderia vender estes lotes em dois ou três anos em melhores condições, sobretudo no seu conjunto, tinha a certeza absoluta que isso não iria ser possível, portanto dava-lhe os parabéns por ter conseguido trazer investidores ao Concelho de SCDão numa altura em que ninguém pensa em investir.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação do Regulamento da hasta pública que foi aprovado por maioria com 17 votos a favor (16 do PPD/PSD e 1 do PS – Sr. Deputado Hélder Dias) e 10 abstenções do PS. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Fernando Abel.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto seis: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBRA DÃO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que a implementação deste Regulamento veio mostrar que o mesmo tinha algumas falhas, pelo que foi necessário proceder a algumas alterações que agora faziam parte do mesmo. Realçou a participação dos vereadores do PS na rectificação de algumas taxas que estavam desproporcionadas.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Inês Matos e Fernando Abel.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que a Lei tinha mudado e hoje a organização dos serviços até mesmo em termos de nomenclaturas mudou o que obrigava a Câmara de SCDão e todas as outras a reorganizarem-se. Não havia grandes alterações em relação à estrutura do funcionamento da Câmara. O que se propunha era uma designação diferente da que havia antes, deixava de haver divisões passando a haver unidades e subunidades orgânicas que foram estabelecidas e no fundo era espelhando todas estas alterações, mais uma vez com o contributo do PS, embora se tivesse abtido na votação da Câmara, que permitiram melhorar o documento. No fundo espelhava o que se pretendia o que a Câmara será em termos de organização.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria com 18 votos a favor (16 do PPD/PSD e 2 do PS – Srs. Deputados Hélder Dias e José Cruz) e 9 abstenções do PS. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Fernando Abel.

Para que as deliberações tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não se registaram pedidos de intervenção.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia desejou a todos um Bom Natal e Festas Felizes dando de seguida por encerrada a Sessão pelas dezassete horas e cinco minutos dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da Mesa.